ACTA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZ.

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e dez, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente a Sra. Eng.ª Dulce Fidalgo Álvaro Pássaro, bem como o Sr. Fernando Marques Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Bobadela, que designou, para sua substituta, a Sra. D. Maria do Rosário Cardoso Mota.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Deliberação, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, sobre a desafectação, do domínio público, da parcela de terreno situada no Largo Ribeiro do Amaral, em Oliveira do Hospital, com a área de 215 m2, com o valor patrimonial de 5.000,00 € (cinco mil euros) e as seguintes confrontações, conforme solicitado pela Irmandade de Sant'Ana:

Norte: Lote 1

Sul: Arruamento público

Poente: Lote 4

Nascente: Capela de Sant'Ana

III – Apreciação e votação, nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das condições propostas pela Caixa Geral de Depósitos para o estabelecimento de uma prorrogação, por mais doze meses, do prazo de utilização e diferimento do empréstimo a longo prazo até 5.000.000,00 €, autorizado pela Assembleia Municipal em 21 de Setembro de 2007, consubstanciadas na aplicação de uma comissão de gestão de 0,125% ao trimestre sobre o montante total da operação.

IV – Autorização, nos termos da alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, para a participação do Município na criação da associação de direito privado designada por "Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro", bem como apreciação e votação dos respectivos Estatutos.

Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação a acta da sessão ordinária de dezanove de Dezembro de dois mil e nove, tendo sido aprovada por maioria, com duas abstenções.

Depois, o Sr. António Lopes tomou a palavra para fazer a seguinte proposta:

"Como sabem, no passado dia dezanove, faleceu a Mãe do Senhor Presidente da Câmara e, não obstante já todos lhe termos manifestado pesar, eu colocava à vossa consideração que votássemos, aqui, um voto de pesar em reforço dessa mesma homenagem."

Não havendo qualquer intervenção sobre a presente proposta, foi a mesma colocada à

votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal fez a seguinte intervenção:

"A Câmara fez chegar, à Mesa da Assembleia, uma "Moção de Reivindicação". Penso que ela já é do conhecimento dos líderes parlamentares e que já foi distribuída para discussão e eventuais achegas ou alterações. O Sr. Presidente da Câmara, depois, dirá alguma coisa sobre isto.

De qualquer forma, eu, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, também gostava de dizer o seguinte:

"Relativamente à suspensão da construção dos IC's 6, 7 e 37, quero manifestar o meu mais profundo descontentamento, por tal decisão.

Quero manifestar à Câmara e especialmente ao Senhor Presidente, o meu apoio às iniciativas que foram tomadas, congratular-me por ter sido possível mobilizar cerca de vinte e cinco Câmaras Municipais de toda a região, em defesa desta nossa justa aspiração.

Quero manifestar a minha total disponibilidade para todas as iniciativas e protestos que venham a ser decididos.

Como é do nosso conhecimento, já várias vezes foram ventiladas determinadas formas de luta e, que eu saiba, nunca se concretizaram. Portanto, espero que desta vez, se for necessário, demos todos as mãos por este objectivo.

Como não podia deixar de ser, estarei solidário com todas as posições da Câmara e do seu Presidente, até completa resolução deste problema.

Não esqueço que a construção destes itinerários foi assumida como uma prioridade da candidatura que aqui nos trouxe, motivo pelo qual também registo a posição de apoio ao Senhor Presidente da Câmara, tornada pública pela Comissão Concelhia do PS.

Apesar da promessa não ser nossa, a ela me sinto vinculado. Sou dos que pensam que só se deve prometer aquilo que se pode cumprir.

Compreendo as dificuldades que o País atravessa mas, em termos do todo Nacional, entendo que já fomos esquecidos e preteridos que baste.

Sabemos todos que o Governo não é o único responsável por esta decisão. Espero de todos uma posição firme e enérgica para atingir este nosso objectivo. Sou dos que pensam que o caminho da reivindicação e da luta se deve sobrepor ao da demissão. Fomos eleitos para pugnar pelos interesses do Município, não para nos demitirmos da sua resolução."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

"Queria, em meu nome e no da minha família, agradecer a todos os que manifestaram solidariedade nesta fase difícil da minha vida.

Sobre esta questão dos IC's, gostaria de propôr a aprovação da seguinte Moção:

"Foi o Município de Oliveira do Hospital recentemente confrontado com a informação veiculada pelo Governo da República de que pretendia proceder à suspensão dos projectos rodoviários da Concessão Rodoviária da Serra da Estrela, relacionados com a construção dos itinerários complementares n.º 6 (Coimbra – Covilhã), n.º 7 (IC6 – Oliveira do Hospital – A25 em Fornos de Algodres – Celorico da Beira) e n.º 37 (Viseu – Seia).

Sem prejuízo da consciência colectiva de que tal medida deriva da situação conjuntural que o País atravessa em termos financeiros e orçamentais e da necessidade de preservar a imagem de credibilidade de Portugal nos mercados internacionais, esta decisão assume-se como a mais grave dos últimos anos para o Concelho de Oliveira do Hospital e, em

geral, para os municípios de toda a Região Interior Centro a quem esta Concessão rodoviária interessa, porquanto:

1. Todos os municípios integrantes do território delimitado pelos distritos de Coimbra, Viseu, Guarda e Castelo Branco têm vindo a sustentar as suas estratégias de desenvolvimento na expectativa de disporem de uma rede rodoviária complementar, de ligação entre os vários concelhos e ao exterior, considerada generalizadamente como indispensável ao combate às principais fragilidades e condicionantes destes territórios e à consolidação da sua capacidade empreendedora e exportadora.
2. Não pode mais uma vez o território do interior do País, designadamente as áreas de baixa densidade que na sua maioria o preenchem, servir de contrapartida às soluções que o País, no seu todo, terá de encontrar para reencontrar uma situação de estabilidade económica e orçamental nacional que nos permita enfrentar o ambiente internacional com outras condições de competitividade.
3. A possibilidade de aproveitar e rentabilizar os recursos disponíveis, alguns deles dotados de uma elevada vantagem competitiva no contexto local, regional e nacional, é também impedida pelo encravamento da região em termos de rede rodoviária complementar.
4. O Concelho de Oliveira do Hospital e a sua área envolvente apresentam actualmente gravíssimos problemas sociais no âmbito do desemprego que é urgente inverter, proporcionando condições para a fixação de novos investimentos geradores de emprego, as quais incluem, necessariamente, a construção dos IC6/IC7 e IC37.
5. O Concelho de Oliveira do Hospital tem assistido pacientemente ao cumprimento do Plano Rodoviário Nacional em praticamente todo o território nacional, sem que a nossa Região seja contemplada com o compromisso firme dos sucessivos governos na concretização destes traçados rodoviários.
6. Quando finalmente nos vemos colocados num processo de grande evolução destes projectos, com estabelecimento de consensos em relação aos respectivos traçados, não podemos deixar de manifestar uma profunda desilusão pelo retrocesso entretanto verificado, o que é tanto mais justificado, quanto é verdade que nos encontramos incluídos na região do País com a mais baixa taxa de execução do Plano Rodoviário Nacional.
7. Os Presidentes das Câmaras Municipais dos distritos de Coimbra, Viseu, Guarda e Castelo Branco já se manifestaram a uma só voz nesta questão, em prol da promoção da coesão e da defesa da justiça equitativa em termos de investimento público, fazendo sentir ao Exmo. Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações o seu descontentamento e repúdio pela suspensão dos projectos rodoviários previstos para a Região, reivindicando para breve uma audiência destinada a habilitar o Governo com toda a informação relativa a estes investimentos e à sua importância para a reposição da justiça em todo este território do interior do País.

Por tudo isto e porque estão decisivamente postos em causa os interesses de uma vasta população de mais de um milhão de habitantes, que nos cabe também defender, para além daqueles que respeitam directamente à população do Concelho de Oliveira do Hospital, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, reunida em sessão ordinária no dia 27 de Fevereiro de 2010, deliberou aprovar uma Moção de Reivindicação junto do Exmo. Senhor

Primeiro Ministro e do XVIII Governo Constitucional, no sentido de rapidamente ser levantada a suspensão aplicada ao desenvolvimento dos investimentos relacionados com a construção do IC6/IC7 e IC37.

Mais deliberou que esta Moção seja levada ao conhecimento de Sua Excelência o Sr. Presidente da República e dos Grupos Parlamentares com representação na Assembleia da República."

O Sr. Presidente da Câmara Municipal prosseguiu a sua intervenção:

"Como eu disse, é fundamental que tenhamos esta coragem de reivindicarmos aquilo a que temos direito. Por isso, podem ter a certeza que estamos disponíveis, eu e um conjunto de Presidentes de Câmara. E tem havido muitas reuniões e muitos contactos. No dia oito vamos ter uma reunião com o Sr. Ministro das Obras Públicas e, a partir daí, "conforme a música que nos derem, assim será, depois, a dança".

Seguidamente, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Engº Carlos Maia, pediu a palavra para fazer uma intervenção sobre a moção ora proposta pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal:

"Somos hoje confrontados com esta proposta do Sr. Presidente da Câmara. No meu entender, tem toda a razão de ser e, desde já, vou assumir o meu voto incondicional de apoio a esta Moção. Os IC's são um problema; e não é só o IC 6, são todos estes IC's da Beira Serra da Estrela. São expectativas de há muitos anos e de que nós, particularmente aqui em Oliveira do Hospital, andamos a falar há muito tempo. Contrariamente ao que nos foi prometido, os interesses de Oliveira do Hospital estão defraudados, neste momento. Era uma grande expectativa.

E tenho que trazer aqui o nome de uma pessoa que se empenhou – e nós sabemos que se empenhou e muito – para que estes IC's fossem uma realidade. Estou a referir-me ao Dr. Paulo Campos, que foi realmente inexcedível na vontade e no grande empurrão de deu para que estes IC's fossem uma realidade. Enfim, assim não aconteceu. E Oliveira do Hospital, obviamente, assiste, mais uma vez, a uma paragem num processo que todos nós pensaríamos que, durante este ano de dois mil e dez, iria ser uma realidade. Espero que a realidade destes IC's seja um adiar para um curto prazo. Espero bem que isso seja assim, tanto mais que estes IC's constavam, como muito boa gente sabe, do Orçamento Geral do Estado. As contingências da situação económica do País, mas não só… Porque todos nós sabemos que a situação do País não é fácil. Simplesmente, entendo que haveria outros cortes, em termos de Orçamento… Se seria necessário reduzir verbas em termos de investimento no Orçamento, eu não estou de acordo que tocasse nestes IC's. Porque assistimos aqui a uma falta de solidariedade de todos os políticos. Eu, aqui, vou metê-los todos "no mesmo saco". Desde o PSD ao PS, ao CDS, ao PC, ao Bloco de Esquerda e a todos eles. Assistimos aqui a uma nítida falta de solidariedade entre o litoral e o interior. Os grandes investimentos a que andamos a assistir há anos neste País, de grande monta, para a zona litoral, nós sabemos quais têm sido os valores deles. E eu não acredito nem quero tão pouco aceitar que um investimento, particularmente nestes IC's da Serra da Estrela, seria tão dispendioso, tão grande, que pesasse tanto no Orçamento Geral do Estado como aquilo que nos fizeram crer. Eu não aceito isto.

Portanto, espero bem que esta reunião com o Sr. Ministro seja profícua, que traga uma luz ao fundo do túnel, para que a realização destes IC's seja uma realidade na zona da Serra

da Estrela. Para todos os IC's, não é só para um. Não é só para aquele que nos toca mais directamente no concelho, que está aqui à nossa porta e que vai ficar parado no meio de um pinhal. Isto não tem lógica nenhuma acontecer. Particularmente este tem que seguir rapidamente a sua conclusão. Esta é a minha posição relativamente à questão dos IC's e dou o meu grande apoio ao Presidente da Câmara e a todos os Presidentes de Câmara que estão a lutar por uma luta justa. Nós temos direito àquilo que já cá devia estar há muito tempo. É esta a minha posição."

Interveio, depois, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

"Após as eleições legislativas de dois mil e nove, que deram a vitória ao PS – embora com maioria relativa – era preciso negociar o Orçamento de Estado para dois mil e dez, com a direita sempre a reclamar a suspensão das grandes obras e a paragem da construção das estradas. Surge, então, a decisão do Governo em suspender a construção dos IC's e, de entre estes, o IC 6, o IC, 7 e o IC 37. Esta decisão não serve as populações do nosso concelho. Pode compreender-se, no plano das negociações para a aprovação do OE para dois mil e dez. Diríamos que não se aceita mas que se compreende que o Governo, estando obrigado a negociar, tenha de ceder. É uma decisão justificável, tão só no contexto da necessária convergência para a aprovação do OE de dois mil e dez. Mas não esquecer nunca que a suspensão da construção destas estradas foi uma decisão que a direita sempre pediu e que o Governo agora aceitou, decerto ciente dos custos políticos que isso lhe traz e do prejuízo que acarreta às populações afectadas. Parece-me ser esta e só esta a explicação para a suspensão da construção destes IC's.

Contudo, não esquecer que o primeiro troço "Raiva / Catraia dos Poços" foi construído após mil novecentos e noventa e cinco. Não esquecer que o segundo troço foi construído após dois mil e cinco. Aliás, já aqui ocupámos muito tempo a falar nisso. Eu diria que também agora temos razões para confiar no Partido Socialista e no Governo. Acredito que o Governo não vai desistir de prosseguir o plano de estradas de acesso à Serra da Estrela, que faz parte do Plano Rodoviário Nacional. Até porque contará com essa exigência – como já está a contar – por parte de todos, inclusivé dos Srs. Presidentes de Câmara que estão já em diálogo com o Ministro das Obras Públicas, de modo a aproveitar este período de suspensão – que se espera não vá além de dois mil e dez – para fazer os estudos de impacto ambiental, a fixação de traçados, a elaboração dos projecto de arquitectura sobre o traçado, as expropriações dos terrenos e que, por fim, logo que vencido o aperto orçamental de dois mil e dez, seja lançado o concurso público internacional para execução da obra.

O plano de acesso à Serra da Estrela começou em noventa e cinco, quando deveria ter começado na década de oitenta. Este atraso não pode ser confundido com a actual suspensão que – espero – seja transitória, e não dure mais do que um ano. Repito: que se aproveite o ano de dois mil e dez para prosseguir os referidos procedimentos administrativos, cujos custos são residuais para, então, nos anos subsequentes, executar as obras que já vêm com trinta anos de atraso. Neste caso, como em muitos outros, eu cito o aforismo que aqui se aplica: "quem não pode fazer tudo o que deve, deve fazer tudo o que pode". E o Governo pode prosseguir este procedimento administrativo, que tem poucos custos e dura muitos meses, para, então, em dois mil e onze, lançar o concurso público para execução da obra.

Por isso, obviamente, apoio esta Moção."

Seguidamente, o Sr. Dr. Madeira Dias pediu a palavra para fazer a seguinte

intervenção:

"Eu gostava de dizer que, mais do que picardias político-partidárias, este é um momento em que eu considero que nos devemos unir em torno desta questão. Estar aqui a discutir se foi com a conivência e pela imposição da direita, da esquerda ou do centro, não é nada relevante. Considero e penso que todos consideramos que os IC's são fundamentais para a nossa região e devemos unir-nos em torno da reivindicação da sua construção.

O grupo Parlamentar do PSD vai apoiar incondicionalmente esta Moção e outras atitudes que venham a ser tomadas, na prossecução deste objectivo.

Aproveitava para dizer que talvez o TGV – pelo menos alguns troços – não seja assim tão importante, comparativamente com os IC's. Isto para responder em relação a estas picardias político-partidárias que eu acho que devemos, de todo, deixar de lado e unirmo-nos todos em prol desta situação.

O Grupo Parlamentar do PSD apoia incondicionalmente esta Moção. Podem contar connosco."

Depois, interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Pró. João Dinis:

""Esta questão dos IC's é já uma questão recorrente, que atravessou vários Governos, nos últimos anos. Que me conste, não atravessou nenhum Governo onde estivesse o Partido Comunista Português.

Efectivamente, é um assunto sério. Merece que, de entre nós, se consiga o consenso máximo e a maior unidade possível em torno desta situação. E essa é, como aliás sempre foi nesta matéria, a vontade da CDU. Várias vezes aqui, nesta tribuna, nos últimos oito anos, se propuseram moções para que os IC's fossem para o Orçamento de Estado.

Em PIDDAC, durante as discussões do Orçamento de Estado, o Grupo Parlamentar do PCP várias vezes propôs. Os outros partidos votaram contra.

Portanto, aqui, cada um segundo as suas responsabilidades e há aqui responsabilidades muito diferentes. E eu volto a repetir que o essencial é, de facto, a defesa desta justa pretensão dos povos do nosso planalto beirão. E que é nesse sentido e com esse objectivo que se devem concentrar as forças e os esforços.

Muita água ainda vai passar debaixo das pontes e dos aquedutos dos IC's que já estão feitos porque o Orçamento de Estado ainda não está aprovado, ainda vai demorar uns tempos. E, portanto, há possibilidade de, a nível da Assembleia da República, também haver interferência nesta matéria.

Pelo que aqui é dado notícia, parece-me que o movimento de Presidentes da Câmara é significativo e, portanto, com peso político suficiente. Creio que é de destacar, daquilo que vou sabendo, a iniciativa do Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital, quase como "pivô" neste movimento. E isto é o essencial.

Mas, já agora, aqui é sítio de debate político.

E o *déficit* do Orçamento de Estado: se estivermos lembrados, bateram-nos com o *déficit* desde mil novecentos e noventa e cinco a dois mil e oito, data em que a banca e os banqueiros precisaram que lhe "escancarassem" a bolsa pública para lhe taparem as vigarices que andaram a fazer. E, aí, o *déficit* disparou logo outra vez. Agora, está aí outra vez o *déficit*. E já está outra vez aí um novo Pacto de Estabilidade e Crescimento. E, se isto continuar assim, dois mil e onze e dois mil e doze vão ser bem piores que o ano de dois mil e dez, por

causa desta cena do tal *déficit* do Orçamento público. Esquecendo, ou fazendo por esquecer, que a Inglaterra está com o *déficit* igual ou superior ao nosso, que a Grécia tem um *déficit* superior ao nosso, que a Irlanda está com um *déficit* superior ao nosso e que os Estados Unidos tem um *déficit* de onze por cento. Nós, aqui, é que temos que te um *déficit* de três por cento. Mas, porquê? Por ordem de Deus? Por ordem de Maomé? De quem? Nós sabemos porque é que isso tem sido assim. Sabemos muito bem, sobretudo aqueles que têm que viver do seu salário.

Há, também, neste Orçamento de Estado, um outro problema que são as grandes reduções de PIDDAC para os distritos do interior do País. E, de facto, concentração de investimento nas zonas de litoral, nas zonas onde há mais eleitores.

E aqui é sítio de debate político.

Diz o Dr. Rodrigues Gonçalves que o Governo teve que negociar e ceder à direita. Porque é que não negociou com a esquerda? A esquerda, em princípio, não era contra a construção destes IC's. Podia ter negociado com a esquerda. Preferiu negociar com a direita. Nem sei se a direita exigiu isto. Até duvido… Porque, se calhar, a maior parte dos concelhos de direita até são daqui da região. Aliás, a maioria dos concelhos até estão sob governação de partidos de direita.

Portanto, a cada um as suas responsabilidades. O Grupo Parlamentar do PCP vai voltar ao assunto na Assembleia da República, agora, durante o Orçamento de Estado. Vamos ver como se comportam os restantes Grupos Parlamentares."

Seguidamente, o Sr. Engº José Vasco Campos fez a seguinte intervenção:

"Queria vir aqui louvar o trabalho do Sr. Presidente da Câmara no sentido da defesa dos IC's. De facto, tem tido uma posição muito vincada e muito importante em todo este processo. Provavelmente, se nos últimos dez, quinze anos, tivéssemos tido esta postura em Oliveira do Hospital, os IC's já cá estariam.

E queria dizer que o Grupo Parlamentar dos Independentes apoia, também, incondicionalmente, esta Moção.

Mas também queria dizer que desenvolvimento não é só IC's. Desenvolvimento é, também e como é dito na Moção, para fixar os empresários. Os IC's são necessários para fixar os empresários. Mas, para fixar os empresários, é necessário que tenhamos uma zona industrial a funcionar como deve ser. Por isso, lembro mais uma vez ao Sr. Presidente da Câmara que é necessário que existam terrenos nesta Zona Industrial de Oliveira do Hospital, para que as indústrias que se querem expandir e outras que se querem fixar, tenham sítio para o fazer. Isto é fundamental.

E também é fundamental que existam outros factores de desenvolvimento a funcionar em pleno. O desenvolvimento não é só estradas. Desenvolvimento é termos electricidade. Na localidade em que habito, neste concelho, nesta semana, a electricidade faltou três vezes, uma das quais durante seis horas. Hoje continuamos sem electricidade. Portanto, é necessário, também, que esta Câmara faça tudo para que a EDP funcione bem neste concelho, seja no norte, seja no sul, seja aqui, em Oliveira do Hospital."

Depois, o Sr. Presidente da Câmara interveio para prestar os seguintes esclarecimentos adicionais:

"Antes de passarmos à votação, eu gostaria de informar a Assembleia Municipal da Comissão que vai ser recebida pelo Sr. Ministro das Obras Públicas: é constituída por mim,

pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Seia, pelo Presidente da Câmara de Viseu e também pelo Presidente da Câmara da Covilhã. Em princípio, seremos nós os que serão recebidos pelo Sr. Ministro e que representarão, não os vinte cinco mas os vinte e oito Presidentes de Câmara que subscreveram essa carta."

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a Moção proposta pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, tendo a mesmo sido aprovada por unanimidade.

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Filipe Oliveira, para fazer a seguinte intervenção:

"Queria, antes de mais, desejar os parabéns, quer ao Sr. Presidente da Câmara, quer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, pelos seus aniversários, que hoje celebram.

Em relação à questão dos IC's, quero também demonstrar o meu espírito de solidariedade com o que o Dr. José António disse porque penso que o que está aqui em questão, não são meras questões políticas mas uma questão que nos cabe, a todos nós, oliveirenses, defender.

Eu gosto de ouvir quem muito me ensina e, ainda há poucos dias, me chamaram a atenção para uma situação e eu fui para casa pensar. E levou-me a meditar sobre essa situação. Nós vamos ter que ter cuidado com a regionalização. E, como alguém bem me ensinou, o principal factor com que nos devemos preocupar é a questão de coesão e não de regionalização. Porque, pertencendo nós à Comunidade Europeia, a questão que se coloca é que, havendo coesão, as zonas mais ricas apoiam as zonas mais pobres. Numa questão de regionalização, se calhar, vamos piorar os grandes problemas com que já nos debatemos. Daí que, quer questões de IC's ou a outros níveis, seria importante meditarmos nesta situação e pensarmos bem no factor coesão.

Em relação ao que me traz aqui: mediante o que fui ouvindo, quer na comunicação social, quer a outros níveis, tem-se falado, nos últimos tempos, do possível regresso do concelho à Região de Turismo da Serra da Estrela. Penso que poderá ser uma das nossas grandes armas, tendo em conta o problema da empregabilidade. Eu sempre fui contra o que se passa, ainda mais que, mais uma vez, vamos ter a Feira do Queijo, que estaria mais relacionada com a Região de Turismo da Serra da Estrela do que com qualquer outro tipo de região. Assim, agradecia que fosse dado um esclarecimento sobre toda esta situação. Porque, lá fora, por vezes divaga-se e, de concreto, pouco se sabe.

Indo de encontro, também, ao factor "turismo": há cerca de um mês, ouviu-se falar que o Convento do Desagravo – que é um dos poucos monumentos, além de empreendimento turístico de referência deste concelho – correu o risco de fechar. Eu gostaria de saber se está salvaguardado e se a Câmara teve alguma intervenção em relação a isto. Gostaria de saber, principalmente, como é que está a situação."

Em seguida, o Sr. Rui Abrantes interveio para fazer a seguinte proposta:

"Em nome do Grupo Parlamentar do P.S.D., venho propôr um voto de pesar pelos nossos concidadãos falecidos na catástrofe natural ocorrida no passado fim-de-semana, na Ilha da Madeira.

Também um voto de solidariedade ao Governo Regional da Madeira, na pessoa do seu Presidente Dr. Alberto João Jardim, no sentido de poder transmitir uma palavra de ânimo, a fim de que a tarefa de reconstrução daquela a quem muitos chamam a Pérola do Atlântico, se

possa efectuar o mais rápido possível."

Depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis, pediu a palavra para fazer a seguinte proposta:

"Eu proporia, se estivessem de acordo, que o voto de solidariedade fosse ao Presidente do Governo Regional da Madeira e ao povo madeirense."

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a proposta de voto de pesar apresentada pelo Sr. Rui Abrantes, com a ressalva feita pelo Sr. Prof. João Dinis, tendo sido aprovada por unanimidade.

Em seguida, o Sr. Dr. José António Madeira Dias fez a seguinte intervenção.

"Eu queria trazer aqui só um problema concreto que, aliás, já foi comunicado pessoalmente ao Sr. Presidente da Câmara. Refere-se à estrada entre a Carvalha e o Rio de Mel. Há pouco, o Engº Vasco dizia que desenvolvimento não é só estradas e é verdade. Desenvolvimento é também cultura, educação e saúde, mas precisamos das estradas para circular. E, nessa estrada, o Centro de Desenvolvimento faz o transporte escolar oito vezes por dia e está impraticável e extremamente perigosa. A resposta que foi dada – não oficialmente – é que, neste momento, era um desperdício gastar dinheiro porque continua a chover. A continuar assim, o Centro de Desenvolvimento não poderá continuar a assegurar os transportes escolares, porque é absolutamente impraticável e perigoso. Isto é do conhecimento da Câmara, com fotografias, e hoje vou passar lá novamente para ver como é que está porque, de facto, é muito perigoso circular lá oito vezes por dia com a carrinha cheia de crianças."

Interveio, depois, o Sr. Prof. António Morgado Ferreira Alves:

"Por aquilo que fui informado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, alguns dos assuntos que eu trago, já a Câmara tem conhecimento. É sobre a rua onde eu vivo, a Rua Prof. Dr. Pina Martins, e a situação caótica em que se encontra o seu piso, não só à entrada mas especialmente na parte mais inclinada, em que os carros já quase que não conseguem subir a rampa devido ao facto do piso estar completamente degradado e todo levantado. Eu chamava a atenção para que, na medida do possível, fosse reparado e arranjado aquele piso porque não temos outra saída e, como temos que subir sempre naquela rampa para sair da nossa zona, agradecia que a Câmara tomasse as providências que são necessárias.

Outro problema que trazia, também sobre a mesma rua, era o facto de termos lá uma iluminação pública de há quarenta anos, em que os postes que lá se encontram hoje foram postos por um particular, que levou a luz para a sua propriedade. Mais tarde, foram substituídos cabos, foram postos uns bip's, mas há zonas de habitações que ainda não têm luz eléctrica. Seria, assim, necessário resolver este problema.

Um terceiro problema com essa rua é que toda a zona a partir da minha casa para baixo, não tem saneamento básico público porque a canalização pública que existia e que existe não dava quota para se implantar o esgoto nas sete moradias que existem, para além desse colector público. Eu deixo aqui a planta da situação dessas casas e da rua, e a localização do colector, para que a Câmara, eventualmente, possa mandar fazer o estudo e fazer a ligação à nova Estação de Tratamento.

Um outro ponto tem a ver com a Rua Dr. Virgílio Ferreira – e eu sei que a Câmara também já foi alertada para isso – principalmente naquele troço da rua que desce de Sant'Ana para o Bairro João Rodrigues Lagos e a zona do Transval, naquela curva pronunciada antes da

subida para os Silvas. Para além da rua ser estreita, tem uma valeta muito profunda e perigosa. É uma rua muito estreita, com um muro de um lado e a valeta do outro e as pessoas, quando se cruzam dois carros, têm que descer para a valeta, com os inconvenientes e perigo que isso traz. Porque, de facto, a estrada é muito estreita. Por isso, havia ali uma solução, se a Câmara eventualmente pegar nela: a possibilidade de negociação com os proprietários daquele muro que, por causa do vandalismo nocturno, está quase destruído. E, mais tarde ou mais cedo, proceder-se ao alargamento daquela via, para dar garantias de segurança aos peões que ali passam.

Também me foi dito que há necessidade, em alguns sítios, de, logo que o tempo o permita, se proceder à pintura das estradas em que as respectivas marcações desaparecem, como é o caso das estradas para a Catraia e para Travanca de Lagos. Isto condiciona o trânsito e, logicamente, traz perigo para os utentes das vias."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

"Ainda em relação à questão dos IC's, até porque o Sr. Presidente introduziu aqui informação de que vai haver uma audiência com o Sr. Ministro: não se esqueçam da intervenção das populações que, normalmente, é decisiva quando há "braço de ferro". Pessoalmente, em relação ao IC 6, acho que é absurda a decisão de o interromperem agora. Eu quase que não acredito nessa. É daquelas que até nem dá para acreditar.

Da parte do PCP, vamos voltar à questão da ESTGOH, agora no Orçamento de Estado. Os outros partidos também podem fazê-lo, se quiserem.

Eu proporia à Câmara que elaborasse um programa condigno para o 25 de Abril.

Perguntava ao Sr. Presidente da Câmara como é que está a questão das urgências do Centro de Saúde.

Levanto aqui um problema com o Hospital da Fundação. Primeiro, pela razão de que é de nomeação política o respectivo Administrador. É a Câmara que nomeia. As consultas de especialidade pelo Serviço Nacional de Saúde, na Fundação, no Hospital, estão com prazos de espera de anos. Várias especialidades. Se o doente optar por uma consulta privada, com o mesmo médico, algumas vezes nas mesmas instalações, tem a consulta oito dias depois, pagando sessenta, setenta, oitenta euros. Nós sabemos, porque nos foi dito, que, do Serviço Nacional de Saúde é pago pouco. Isso, a mim, pouco me interessa. O que eu acho é que é imoral uma situação deste tipo. Isto é a promiscuidade inadmissível entre o público e o privado neste tipo de serviços. E, se o Serviço Nacional de Saúde paga pouco aos médicos da especialidade, é obrigação das forças políticas e dos representantes políticos reivindicarem, ao Ministério da Saúde, que corrija essa situação. O que não é admissível é que, consulta privada, oito dias depois; consulta pelo Serviço Nacional de Saúde, dois anos de espera. Aconteceu com a minha Mãe.

Em Setembro de dois mil e seis, por proposta da CDU, foi aqui aprovada uma Moção, na Assembleia Municipal de então. Na altura eram os cem anos do nascimento de Fernando Lopes-Graça, músico, musicólogo. Foi votada favoravelmente, com dois pontos: "a Câmara Municipal aprove o nome de Fernando Lopes-Graça para figurar na toponímia da cidade de Oliveira do Hospital e que a Câmara Municipal promova, com os grupos culturais e musicais do concelho, uma justa homenagem a Fernando Lopes-Graça, neste ano em que se comemora o primeiro centenário do seu nascimento". Esse ano – dois mil e seis – já passou. Portanto, o

centenário já passou. Mas, pelo menos, a parte da rua com o nome de Fernando Lopes-Graça. Assim, proponho de novo que a Assembleia aprove a designação de uma rua com o nome de Fernando Lopes-Graça. E permito-me apenas, do extracto da acta dessa reunião, ler o último parágrafo de uma intervenção que fez o Dr. António Simões Saraiva: "Perdoem-me a minha admiração por ele, a minha ponta de vaidade. Mas, neste momento, cultura é também a transmissão verbal daquilo que aprendemos. É bom que, a partir deste momento, quando alguém ouvir falar de Fernando Lopes-Graça fique a saber que é um dos grandes nomes da música contemporânea mundial." Este foi o último parágrafo da declaração que fez, então, o Dr. António Simões Saraiva.

Em relação à minha terra, eu volto a dizer aqui que a Junta de Freguesia mantém disponibilidade para celebrar protocolos com a Câmara Municipal. Há obras de que até já falámos, etc.

Volto a dizer que é indispensável o reforço da segurança nas estradas de lá, desde alguns implantes no pavimento como até à luz pública. E nas duas estradas: na principal e na estrada velha.

Por duas vezes já estivemos com responsáveis municipais a ver os passeios em frente ao muro principal da Escola. Continua a chover muito. Os passeios continuam na mesma. E é uma obra que requer a intervenção dos serviços municipais. Portanto, eu faço um apelo para que não se perca mais tempo com esta obra, também."

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira:

"Eu só queria salvaguardar uma coisa em relação ao Prof. Morgado e a todos os munícipes da freguesia de Oliveira do Hospital: a Junta de Freguesia está aberta todos os dias, das nove às dezassete e trinta e, à quinta-feira, das nove até não haver mais nenhum munícipe.

Estará sempre à vontade para apresentar seja o que fôr, desde que seja para zelar em prol dos munícipes de Oliveira. Eu próprio, como Presidente da Junta, e o Executivo, estamos sempre dispostos e, até como forma de reforçar as necessidades das pessoas, quando não podemos resolver a situação, podermos reivindicar. E isso tem sido feito por vários munícipes. Você, pessoalmente, chamou-me a atenção para determinadas situações. Felizmente, a Junta de Freguesia está atenta a elas e já as salvaguardou mas nunca vi nenhum documento seu ou de qualquer pessoa, até quinta-feira passada, a salvaguardar a questão da sua rua. E daí, eu quero aqui salvaguardar que, felizmente, este Executivo está aberto a toda a população e a todos os munícipes da freguesia de Oliveira."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Dr. José António Madeira Dias:

"Eu queria aproveitar para prestar alguns esclarecimentos ao Prof. João Dinis, nesta circunstância na qualidade de Director Clínico do Hospital da Fundação. Esse é um problema que andamos a tentar resolver há muito tempo, há mais de um ano. Não há promiscuidade nenhuma. É a única forma de, apesar de tudo, ainda conseguirmos prestar serviço à população de Oliveira do Hospital, sobretudo no serviço cirúrgico. Até Outubro de dois mil e nove, a Fundação recebia, da ARS, cinco euros e noventa e nove cêntimos por consulta. Por cinco euros e noventa e nove cêntimos é impossível trazer aqui um especialista de Coimbra ou de outro lado qualquer. Não dá. Entretanto, houve um aumento significativo para seis euros e quarenta e nove cêntimos. É quanto pagam por uma consulta. É humanamente impossível manter a Fundação a funcionar por seis euros e quarenta e nove cêntimos. Temos um

protocolo para as cirurgias. Estamos a tentar resolver o problema mas não há milagres. O Sr. Presidente da Câmara está a par do assunto e também já teve uma reunião na ARS."

Seguidamente, o Sr. Prof. António Morgado Ferreira alves pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

"Eu não quero entrar em polémicas, de maneira nenhuma. Tenho todo o respeito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, que conheço há muitos anos. Mas penso que me assiste todo o direito de, como deputado eleito e como habitante da cidade de Oliveira do Hospital há mais de quarenta anos, vir aqui, a esta Assembleia, trazer os problemas que me afligem e que afligem a todos. Apesar dele ter razão. Talvez eu, embora não o devesse fazer, em determinados aspectos, que os utentes daquela rua tivessem vindo ter com ele, dizer-lhe. E já lho disseram. Por isso, só apenas dizer que, de qualquer maneira, estarei sempre colaborante consigo. Quando fôr necessário, quando tiver problemas, daqui em diante, vou continuar a trazê-los aqui mas também lhos direi a si. Só terei a preocupação de lhos dizer primeiro a si e, depois, trago-os aqui. É o dever que eu tenho, como deputado eleito para esta Assembleia. Não quero nenhuma polémica, não quero nenhum problema; quero apenas que se resolvam os problemas desta terra. O Senhor está interessado e eu também estou interessado. Desde sempre trabalhei para esta terra."

Em seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal fez a seguinte intervenção:

"O João Dinis colocou aqui o reforço de uma Moção que, inclusivé, fui eu que apresentei na altura.

Na altura, foi um facto que o Sr. Presidente da Assembleia – pessoa que prezo e respeito – teve aqui uma intervenção, até porque teve o privilégio de conviver com o visado. Fez aqui uma manifestação bastante eloquente, não só da amizade como das qualidades do músico. Estranhamente, não se fez o que foi aprovado e o que, inclusivé, o Sr. Presidente da Assembleia propôs: que era que houvesse alguma manifestação musical, cultural, por parte do Coro de Sant'Ana. Teria tido outro significado se fosse na altura dos cem anos.

Eu, da minha parte, como é lógico, mudei de bancada mas não mudei de opinião. Portanto, também subscrevo, como não podia deixar de ser, essa Moção e fazia um pedido especial ao Sr. Presidente da Câmara: que tivesse em conta, independentemente da votação que aqui haja, que, de facto, ficou por fazer essa justiça ao Homem com aquela envergadura cultural, do ponto de vista da música."

Seguidamente, foi colocada à votação a proposta efectuada pelo Prof. João Dinis, tendo sido aprovada por maioria, com duas abstenções.

O Sr. Prof. António Morgado Ferreira Alves pediu, então, a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

"Queria dizer que me abstive pela seguinte razão: com todo o respeito que tenho pela deliberação que aqui foi tomada – e não sei qual foi a minha votação na altura –, acho que Oliveira do Hospital devia privilegiar, devia enaltecer os nomes da sua terra, do seu concelho, as suas pessoas ilustres, e deixar que, onde essas pessoas exerceram as suas funções… Porque aqui, em Oliveira do Hospital, nunca cá vi o Sr. Lopes-Graça. E nós temos tantas pessoas ilustres em Oliveira do Hospital, no nosso concelho, tanta gente, e que não constam das ruas de Oliveira do Hospital. Apenas só por isso me abstive."

Em seguida, interveio o Sr. Prof. João Dinis:

"Sendo verdade, meia-verdade, aquilo que disse o Prof. Morgado, o Fernando Lopes-Graça tem uma música justamente chamada "Oliveira do Hospital"."

Depois, foi dada a palavra à Sra. Dra. Sónia Martins, que fez a seguinte intervenção:

"Quero cumprimentar-vos a todos, muito especialmente nesta primeira vez em que tenho a honra de me dirigir a todos os presentes nesta Assembleia Municipal.

A minha breve intervenção foca-se nas crianças e jovens deste concelho com deficiências ou doenças mentais em que o apoio à família, à integração social e comunitária, na educação e formação profissional, assim como na saúde e reabilitação, foi um desafio que há trinta anos atrás foi encarado pela Associação para a Recuperação de Crianças Inadaptadas.

Certamente perceberam que me refiro à ARCIAL que, no passado dia dezassete de Fevereiro do Ano Europeu de Combate à Exclusão Social, inaugurou as novas instalações do seu centro de actividades ocupacionais.

Foram necessários trinta anos para esta instituição funcionar em instalações dignas e adequadas às necessidades daquelas crianças e jovens diferentes, dando-lhes qualidade de vida dignificando a sua condição humana, operando uma transformação na sociedade civil para que veja estas crianças como iguais.

Em meu entender, esta Associação merece ser aqui enaltecida, nesta Assembleia, pelo indiscutível serviço prestado a estes munícipes, aos seus familiares e a toda a comunidade, ao promover a formação escolar e a inserção destas crianças e jovens, para os quais as escolas regulares não têm capacidade de resposta.

Quero, por isso, louvar e congratular todos os que de alguma forma contribuíram para a concretização desta nova realidade da associação, desde os seus fundadores às várias direcções, técnicos, funcionários, sociedade civil e apoio técnico e financeiro do governo português através do programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES).

Permitam-se lembrar uma grande verdade que, sendo óbvia, é muitas vezes esquecida: as sociedades são tanto mais justas, quanto mais elevado for o nível de resolução dos problemas sociais.

Por tudo isto e como cidadã deste concelho, quero agradecer à ARCIAL pelo magnífico trabalho e serviço prestado a toda a nossa comunidade."

Em seguida, interveio o Sr. Engº José Vasco Lencastre Campos:

"Eu queria enaltecer todo o trabalho que o Sr. Presidente da Câmara tem feito em prol da resolução dos problemas relacionados com o desemprego e principalmente com o fecho de várias fábricas de confecções neste concelho. De facto, a atitude dialogante como o Governo, com os empresários, com os sindicatos, com os trabalhadores, deve ser aqui referenciada, até porque não era uma atitude a que estávamos habituados.

Não é que esteja a fazer mais do que deve, mas deve ser aqui referenciado. E, nesse sentido e na continuidade também daquilo que tinha dito, queria perguntar-lhe o que é que está a ser feito para resolver o problema da Zona Industrial. É fundamental fixar empresários neste concelho. É fundamental que as empresas cresçam, se desenvolvam e, para isso, é necessário que haja terrenos.

Disse-me que ainda existiam terrenos na zona do Seixo mas, como deve perceber, nem todos os empresários quererão ir para o Seixo. Acredito que o Seixo tenha todo o sentido mas, provavelmente, para pessoas que estejam ali mais próximas. Empresários oriundos de outras zonas do concelho, provavelmente quererão instalar-se numa zona mais central, como é

Oliveira do Hospital."

Seguidamente, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

"Eu e o Prof. João Dinis já vamos no terceiro mandato e, de vez em quando, estou de acordo com ele. E estou de acordo com ele quando diz que isto é um local de debate político. De facto é assim. Eu diria que, ainda quando todos estamos de acordo, eu, pela minha parte, não tenciono abdicar desse direito porque Deus manda-nos ser justos, não nos manda ser parvos.

Queria manifestar aqui o meu reconhecimento pelo apoio do Governo, aliás na sequência do que foi dito anteriormente, através do Programa de Alargamento das Redes de Equipamentos Sociais – PARES –, no caso concreto quanto à recente inauguração do Centro de Actividades Ocupacionais da ARCIAL, com o apoio de setenta e cinco por cento do valor da obra.

Dar os parabéns, também, não só à Associação mas também à Câmara Municipal e à Segurança Social pelo apoio que permitiram para as novas instalações. Referir, também, que foram aprovados dois novos projectos, também pela Segurança Social, para a Santa Casa da Misericórdia de Galizes, de dois lares para as pessoas com deficiência. Isto deve ser aqui referido.

Dar também os parabéns à Câmara pela promoção que foi feita aqui sobre o MODCOM. Como sabem, iniciou-se no dia oito de Janeiro e o prazo das candidaturas vai acabar no dia onze de Março. Queria dizer – porque suscitou-se a questão se haveria verba – que há à volta de cinquenta milhões de euros. Como sabem, estas verbas não vêm do Orçamento do Estado; são cobradas nas instalações dos grandes espaços comerciais. Digamos, assim, que os grandes espaços comerciais ajudam à cobertura e à melhoria do comércio tradicional. Portanto, há dinheiro disponível. A Câmara e todo o Executivo devem ajudar os operadores, o que não aconteceu anteriormente. E devem ajudar, essencialmente porque é uma área onde há muitos empregos.

Também referir aqui o esforço que o Sr. Presidente da Câmara e todo o Executivo têm feito nos últimos meses. O Engº José Vasco já referiu a questão do desemprego. Eu refiro que o nosso Presidente da Câmara teve a iniciativa de fazer convergir, num mesmo projecto, a reivindicação junto do Governo em relação aos IC's. Isso deve ser referido. E deve ser referido, também, a dinâmica e o diálogo que soube introduzir no concelho, o que não era prática.

Decorrente um pouco das funções que exerço, sei que a Câmara Municipal, em articulação com a ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica – e com a AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal – está a tentar montar uma acção pedagógica em Abril ou Maio, aqui em Oliveira do Hospital, com a presença do Dr. António Nunes, que é o Presidente da ASAE, e os Técnicos da AHRESP. Isto para tratar de várias matérias: de higiene alimentar, de tabaco, de HACCP e de várias outras questões.

Como sabem, já foi dito aqui na Assembleia anterior, que a ASAE tinha uma tendência muito grande para fiscalizar e que não ensinava. A ASAE, agora, vem aqui com uma função pedagógica. O que eu peço, aos Srs. Presidentes de Junta e também aos jornais, é para mobilizarem a presença dos proprietários de cafés, de restaurantes, pequenos super-

mercados, fábricas, queijarias, armazéns de congelados, empresas de transporte, taxistas, empresas de turismo de habitação e todos os outros operadores comerciais. Estou perfeitamente convencido – tenho elementos que me dizem isso – que é importante estarem presentes. E também os Srs. Presidentes de Junta, para auxiliar esses operadores económicos. Porque eu não cometerei nenhuma inconfidência se vos disser que, pelas funções que exerço, há inúmeros processos de aplicação de coimas a operadores desta região, que, para mim, são difíceis de gerir. É preciso que as pessoas apareçam nessa altura, para se prevenirem e não virem queixar-se, mais tarde, que o Governo não tem uma função pedagógica. A AHRESP também vai fazê-lo, como sabem. E vai fazê-lo, também, em relação a Tábua, creio eu, e a Seia. De qualquer forma, penso que é do interesse dos Srs. Presidentes da Junta motivar os operadores a estarem aqui.

Por fim, só uma palavra em relação ao que foi aqui referido pelo Sr. Prof. Morgado em relação ao direito que tem de pôr aqui os problemas: eu acho isto muito bem. Aliás, registo o altruísmo, embora um pouco tardio face aos anos em que ambos já levamos nesta Assembleia."

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Engº Carlos Maia:

"Eu trago aqui uma questão que nem é propriamente uma questão. Na última Assembleia Municipal, por motivos profissionais, não pude estar presente e foi aprovado o Orçamento Municipal para este ano. Quero congratular-me com uma situação – e faço-o na qualidade de Presidente da Junta – principalmente naquilo que o Orçamento contempla para as freguesias, através dos referidos protocolos. As verbas subiram substancialmente e ainda bem que assim foi. Penso que o Sr. Presidente da Câmara já está a começar – espero bem que isto continue – de cumprir uma promessa que foi feita aquando da campanha eleitoral. As verbas para as juntas de freguesia – através de protocolos – são dotadas de um valor substancialmente superior aquilo que era dotado anteriormente e que nós todos sabemos, independentemente disso, como é que, depois, eram distribuídos. Várias críticas aqui fiz anteriormente relativamente a essa matéria mas, agora, espero bem que as coisas mudem de figura, para bem das populações e para bem das freguesias.

Uma coisa que eu gostaria de saber: obviamente, as freguesias não são todas iguais e o bolo é aquele. Como é que o bolo vai ser distribuído? Quais vão ser os critérios? Como é que tudo isto vai funcionar? Nós sabemos que há freguesias maiores que outras, com mais população, com mais número de anexas e que o trabalho a fazer aí será diferente daquelas freguesias que têm somente a sede da freguesia ou, eventualmente, mais uma anexa. Sabemos que existem essas diferenças, para além da dita população e da referida área.

Isto é bom porque, efectivamente, abre-nos aqui algum campo de manobra a nós, presidentes de junta, para realizarmos algumas obras, que são obras de menor monta, que não têm grande exigência técnica, e que nós poderemos utilizar bem essas verbas, a bem das populações.

Eu quero dizer, relativamente à freguesia de Ervedal da Beira, que as populações da freguesia de Ervedal da Beira são pacientes mas também são exigentes, como seguramente também as outras. No entanto, eu quero continuar a chamar aqui à atenção, nesta Assembleia e ao Sr. Presidente da Câmara em particular, que a freguesia de Ervedal da Beira – e isto já foi dito aqui anteriormente – foi uma freguesia que, nos últimos quatro anos, foi discriminada.

Independentemente do critério que venha a ser montado para a distribuição dessas verbas, eu não quero deixar de referir aqui que Ervedal da Beira foi discriminado e que gostaria muito ver, por parte desta Câmara Municipal, repor alguma justiça nesta matéria.

O Sr. Prof. Morgado, pessoa por quem tenho uma certa consideração como com toda a gente… Fiquei estupefacto. Isto não é uma crítica, Sr. Prof. é um reparo. Mas de olhos nos olhos porque eu só sei falar assim porque os meus princípios foram estes e não sei outros. Isto é para o Sr. Prof. Morgado, como é para qualquer outra pessoa pertencente a esta Assembleia. Eu terei sido, porventura, das pessoas, nos últimos quatro anos, entre outras, que fez aqui um sem número de intervenções. Eu espero bem que, após ter assistido durante quatro anos aquilo que se passou nesta Assembleia, pelas pessoas que tiveram assento nesta Assembleia, agora, em três ou quatro meses, problemas antiquíssimos, pelos vistos, que já deviam estar resolvidos há muito tempo… Nunca ouvi aqui um Presidente da Junta de Oliveira do Hospital, nem qualquer membro desta Assembleia que viva em Oliveira do Hospital, referir aqui os problemas que o Sr., há pouco, referiu. Eu quero só dizer isto: tudo tem o seu tempo, é verdade, Sr. Prof. Mas uma coisa eu lhe digo: pelos vistos, o tempo de uns não é igual ao tempo de outros. E as urgências de uns não são iguais às urgências de outros.

Eu só quero dizer que o Presidente da Junta de Ervedal da Beira está aqui por direito próprio, eleito pelas populações, como toda a gente aqui está. E com todo o direito e dever. O Presidente da Junta do Ervedal nunca se irá calar nesta Assembleia Municipal só pelo facto de ter, hoje, na Câmara Municipal, um Presidente que é seu amigo, seu conterrâneo e que é do mesmo partido político. O Presidente da Junta de Freguesia nunca irá fazer isso."

Seguidamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia, fez a seguinte intervenção:

"O Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves veio falar aqui da questão da ASAE vir aqui fazer umas sessões de esclarecimento. Eu vinha chamar aqui a atenção que, no caso das queijarias, a ASAE devia executar a proibição de fazerem descargas constantes nos rios, principalmente no Rio Cobral."

Em seguida, o Sr. Presidente da Câmara Municipal prestou as seguintes informações e esclarecimentos solicitados:

"Em termos de trabalhos, a maior oposição a esta Câmara Municipal têm sido as condições climatéricas e as condições de trabalho dos nossos trabalhadores. E queria dizer ao Dr. José António Madeira Dias que os problemas climatéricos têm condicionado, sem dúvida nenhuma, o desenvolvimento dos trabalhos que, se não fosse isso, já estariam resolvidos.

Sobre o Pólo de Turismo da Serra da Estrela: como o meu Executivo, sou um defensor do regresso do concelho de Oliveira do Hospital ao Pólo de Turismo da Serra da Estrela. Sou esse defensor. Mas, neste momento, nós temos que ter a noção de que estamos integrados no Turismo do Centro. Era para ter trazido a uma particularidade a esta Assembleia… Porque só tem sentido assim: perceber qual é o sentido dos deputados municipais; se querem ou não esse regresso. Porque os deputados municipais podem dizer que acham que estamos bem. Eu posso ter este entendimento. Acho que é o entendimento sobretudo daquilo que ouço lá fora, das pessoas, da população. É esse sentimento. Em termos pessoais, também acho que devíamos regressar ao Pólo de Turismo da Serra da Estrela mas porque é o sentimento que tenho em relação às populações. Logicamente que esta tentativa de nós voltarmos e de alguns contactos informais que tenho feito… E digo informais porque primeiro tenho que perceber

qual é a sensibilidade desta Assembleia Municipal em relação a este problema. Penso que, numa próxima reunião, virá um ponto da ordem de trabalhos para ser aqui discutido por todos, para se verem as vantagens e as desvantagens. É assim que funciona a democracia e não funciona a vontade ou aquilo que o Sr. Presidente da Câmara individualmente representa porque é aquilo que representa colectivamente. Por isso, toda a gente que está aqui tem uma opinião. Se a maioria desta Assembleia me disser "nós concordamos em regressar", então vamos começar a trabalhar oficialmente porque, até agora, o que tem havido têm sido, sobretudo, contactos informais.

E digo mais: há um grande aliado. Nesta semana, o Sr. Presidente da República esteve a inaugurar um complexo turístico e de termas em Unhais da Serra e eu gostava que lessem essas declarações do Sr. Presidente da República. Veio em vários jornais o que ele falou sobre o potencial e sobre aquilo que a Serra da Estrela vai representar no futuro. Isto é o discurso oficial de um homem que é o Presidente da República.

Tem havido contactos informais com o Presidente do Pólo, Jorge Patrão, com outros Presidentes de Câmara. Não é só Oliveira do Hospital que está assim, neste momento. Diria mais: Mangualde, Penamacor, Tábua e Oliveira do Hospital são potenciais, são todos que estão fora e interessados no regresso. Aparentemente, como eu disse. Mas aquilo que é minha obrigação é ouvir a opinião e a maioria da Assembleia. E, se numa próxima reunião, esta Assembleia decidir que devemos continuar na Região de Turismo do Centro, eu vou respeitar isso porque foram eleitos para terem essa opinião e para terem essa representação. É assim que funciona a democracia. É assim que eu encaro a democracia e é assim que eu gosto de funcionar.

Em relação à Pousada do Convento do Desagravo: nós não ficamos à espera que as coisas aconteçam. O Grupo Pestana chegou a rescindir o contrato com a Fundação Bissaya Barreto, proprietária do imóvel, porque havia uma alínea que não tinham cumprido. Acidentalmente, um empresário meu amigo disse-me que o Grupo Pestana o tinha chamado para uma reunião para ver se ele queria ficar com a Pousada. Isto muito antes de aparecerem as coisas. Logicamente que eu, como Presidente da Câmara, movimentei-me, fui à Fundação Bissaya Barreto, fui falar com a Administração sobre isto e saber porque é que eles tinham rompido porque havia um acordo. E o Grupo Pestana já tinha feito uma reunião com os trabalhadores da Pousada, para lhes dizer que iam ser transferidos. Também a Directora da Pousada veio, duas ou três vezes, reunir comigo. E não vale a pena contar a história porque não estamos aqui para acertar contas com o passado. Também não sou das pessoas que têm a ideia que tudo o que foi feito no passado foi errado. Não tenho essa ideia. Porque havia um problema de uma licença de habitabilidade de uma casa, que estava aqui na Câmara, e que eu acho que o Grupo Pestana arranjou como pretexto para rescindir o contrato. Pareceu-me que foi isso. Desbloqueou-se a situação e o Grupo Pestana foi obrigado a ficar com a Pousada.

E digo mais: neste momento, ainda não há nada de concreto, mas estou muito convencido que haverá, também, a curto prazo, uma solução para a Pousada de Santa Bárbara. Segurámos esta e estamos a trabalhar noutra. Porque é fundamental termos unidades de qualidade para trazer uma determinada classe média-alta ao nosso concelho, que é uma classe que tem dinheiro e que deixa dinheiro cá. Eu e o meu Executivo estamos a trabalhar nisso e não queria muita especulação porque tenho uma mão cheia de nada, em relação à Pousada de Santa Bárbara. Mas, quase que me atrevo a dizer que, na próxima Assembleia, poderei trazer

boas notícias disto. Mas falta ainda concretizar duas reuniões. Estou também a trabalhar nisso porque é importante para o nosso concelho.

Em relação à questão levantada pelo Dr. Madeira Dias sobre a estrada Parceiro / Rio de Mel, em primeiro lugar, queria agradecer ao Centro Social de Penalva de Alva pela colaboração que tem prestado na deslocação das crianças, utilizando a carrinha da Associação. Falou comigo e eu dei logo ordem aos meus serviços para que tentassem, dentro do possível, intervir na via de forma a minorar o problema. Mas, devido à circulação constante, acaba por voltar tudo ao mesmo. Espero que as condições climatéricas melhorem. Comprometo-me a, o mais rápido possível, arranjarmos essa via.

Sobre o Prof. Morgado e as suas reivindicações, eu percebo o papel do Nuno Filipe, como Presidente da Junta. E a Câmara Municipal também discute e ainda vai discutir ainda mais quais são as prioridades das juntas. Nisto, os Presidentes das Juntas são elementos muito importantes. Tem que haver prioridades porque não conseguimos resolver tudo de repente. E uma das coisas a que estou muito sensível é o problema do saneamento, pois precisamos de dar passos decisivos. Na minha opinião, uma das terras que está pior em termos de saneamento é Aldeia das Dez e tenho falado muito disso nas reuniões com as Águas do Zêzere e Côa. Mas, dentro da cidade, também temos outros casos para resolver: no Vale do Ferreiro, na Catraia de São Paio, junto aos Frangos. Assim temos que concentrar esforços financeiros para esse saneamento em baixa ser realizado. Porque eu dizia que, a seguir ao emprego e às pessoas, a segunda prioridade deste Executivo é o saneamento. E é isto que eu tenho estado a dizer aos Presidentes de Junta. Temos que perceber onde devemos concentrar o nosso esforço, para que a qualidade de vida corra melhor no concelho de Oliveira e se eleve. E é nisso que nós estamos determinados. Este é um compromisso.

Neste momento, estão em fase de adjudicação mais seis ETAR's. Há uma empresa de Oliveira do Hospital que ficou em segundo e que eu gostaria que ficasse com a obra. Num orçamento de dois milhões de euros, foi segunda por uma diferença de catorze mil euros. Temos demonstrado algum descontentamento com algumas coisas porque também tivemos azar com algumas das empresas que contrataram e com a forma como eles fizeram os pacotes. Porque houve uma empresa de Leiria que está a atravessar alguns problemas e que provocou atrasos. E a minha visão sobre o saneamento é esta: se não tivermos um bom saneamento e uma cobertura muito elevada, nós não temos um concelho com qualidade de vida. Então a zona do Vale do Alva tem "n" problemas para resolver. Já muito se fez no passado e agora esperamos concretizar tudo isto.

Por isso, Prof. Morgado, eu vou estar atento e discutir estas coisas com o Sr. Presidente da Junta, mas sou muito sensível a esta parte dos esgotos.

Sobre as comemorações do 25 de Abril, eu acho que era bom criarmos uma comissão aqui na Assembleia, que participasse com a sua visão daquilo que vamos querer. Eu penso que devemos comemorar o 25 de Abril com a dignidade que ele nos merece e com o significado que ele tem para nós. Por isso, devíamos ir além da ideia só da Câmara. Porque há um conjunto já de ideias que já estão estruturas. Se as forças políticas estivessem de acordo, criávamos essa comissão, pelo que indicariam o nome da pessoa para essa mesma comissão. Este ano, em termos de espectáculos, há um conjunto de coisas que já temos contratadas para comemorar o 25 de Abril, de forma a dar-lhe esse mesmo significado. Se estão de acordo, indiquem-me depois os nomes para marcar uma reunião.

Sobre a Escola Superior, estamos conversados. E estamos conversados por uma razão simples: eu tenho tido várias reuniões com o actual Director da ESTGOH. Neste momento, a Escola está num processo eleitoral mas penso que há só uma lista. O candidato também esteve reunido comigo. Também tive algumas reuniões com o Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra e estamos todos determinados em reivindicar aquilo a que temos direito. E acho bem que outros grupos parlamentares, sem ser só o da CDU, na Assembleia da República, ajudem a votar isto. Era importante essa ajuda na Assembleia. Como eu disse, a Câmara Municipal tem reunido com o Director da Escola Superior e eles apresentaram algumas propostas interessantes de uma nova sede, de uma forma diferente. Mas isso é para discutirmos mais à frente. Como eu disse, há um processo de transição que eu tenho que respeitar. Eles também sabem da minha determinação porque eu acho que é fundamental a esta cidade, esta escola – que é uma escola que não é só de Oliveira do Hospital mas da região – ter umas instalações condignas. E não a podemos perder pois também é fundamental para o desenvolvimento de Oliveira do Hospital. Como disse o Engº Vasco e bem, não são só as acessibilidades que são fundamentais. Há outras coisas pelas quais temos que lutar. Neste momento, o nosso grande desafio e a nossa grande luta são, realmente, os IC's. Mas não nos podemos esquecer desta porque, na minha opinião, tem uma relevância importantíssima e fundamental.

Sobre a questão da Fundação, é verdade que a situação de que o João Dinis falou também não me agrada mas tem a ver com algum equilíbrio financeiro. Mas também é verdade que a mim, como Presidente da Câmara, não me agrada. Tivemos uma reunião com o Sr. Presidente da Administração Regional de Saúde, onde também esteve o Sr. Presidente da Fundação – o Dr. Álvaro Herdade – e estamos a tentar reivindicar melhores condições porque as nossas populações têm muitas carências. Mas também quero dizer que percebo que, na Fundação, tem que haver algum equilíbrio. Mas também sinto isso como um bocado de injustiça.

Sobre o Fernando Lopes-Graça, a obrigação do Presidente da Câmara é cumprir o que esta Assembleia decide. E esta Assembleia decidiu, por maioria, que se deve fazer qualquer coisa para comemorar Fernando Lopes-Graça. E, como eu disse, o Executivo deve respeitar as decisões da sua Assembleia.

Sobre os protocolos com as juntas de freguesia: vou chamar todos os Presidentes das Juntas e fazer uma reunião com eles. Porque os protocolos são para ser assinados com todas as juntas. A este propósito, também vai haver uma reunião no dia onze de Março, com a EDP e com todos os Presidentes de Junta, para apresentarem os problemas das freguesias. Sr. Engº José Vasco: o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco deverá, nessa reunião, apresentar os problemas da sua freguesia.

Quanto aos passeios em frente da Escola: na minha opinião, eles já eram tardios há dois meses e já deviam estar feitos. Sobre isso tenho é que fazer com que os meus serviços se tornem mais ágeis porque, se para a estrada havia a desculpa que as condições climatéricas eram adversas, em relação aos passeios não nos podemos desculpar com isso.

À Sónia Martins e sobre a ARCIAL, acho que é uma obra que dignifica o concelho. Mas, sobretudo, é uma obra que serve aqueles nossos jovens mais desprotegidos e que, infelizmente, são jovens especiais. Aqueles jovens e os trabalhadores da ARCIAL vão ter outras condições para realizarem o seu trabalho. Quero reconhecer aqui que as diferentes Direcções, e também os funcionários da ARCIAL, fizeram um grande trabalho sem

condições. Acredito que, agora, o trabalho ainda vai melhorar derivado à melhoria das condições. E, como eu disse aqui, a Câmara Municipal e o Governo ajudaram bastante. Foi das coisas que, na minha opinião, a Câmara Municipal anterior fez bem, foi apoiar isto. Por isso, eu não parto do pressuposto que tudo o que os outros fizeram estava mal. Por isso, reconheço aqui que foi um dinheiro muito bem gasto, este atribuído à ARCIAL para aquelas obras. É uma obra que serve o concelho mas que, sobretudo, serve aqueles jovens que são os jovens mais especiais do nosso concelho.

Já agora que estamos na parte social, queria informar que, na quarta-feira, a Dra. Luísa Vales foi eleita Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. Queria dizer-lhe que me orgulho da sua eleição. Acho que a Dra. tem o perfil, tenho a certeza que os nossos jovens vão ficar muito bem entregues e que, em colaboração connosco, vai realizar um grande trabalho.

Engº José Vasco: aqui não há duas medidas. Eu tenho dito isto publicamente: nós não podemos fazer obras físicas. Mas há uma coisa que nós temos obrigação moral de lutar pelas pessoas que não têm emprego e de os ajudarmos. Não somos nós que criamos empresas, como a filosofia que havia aqui antigamente. Antigamente havia aqui a filosofia que a Câmara não arranja empregos. Hoje até já temos essa filosofia. Até temos o Gabinete de Inserção Profissional, que procura empregos. E está a ter alguns resultados. Ainda há poucos resultados mas as pessoas vão lá e nós vamos à procura de emprego para eles. É fundamental percebermos que o primeiro combate e a principal prioridade deste Executivo é o problema do emprego em Oliveira do Hospital porque se prende com a vida das pessoas. E digo-lhe que, se, neste momento tivéssemos a Zona Industrial de Oliveira do Hospital em condições para lá colocar empresas, também lhe garanto que tínhamos empresas interessadas. E nesta semana tive várias reuniões com alguns empresários que estão há muito tempo interessados e, há pouco tempo, houve um empresário que queria ir para Tábua. Queria expandir o seu negócio e nós conseguimos que ele fique cá. Mas temos que agilizar o processo porque toda a gente sabe que há um problema com a Zona Industrial de Oliveira do Hospital. Há um problema de uma empresa que se instalou em Reserva Ecológica e que tem dificuldade. Fiz um conjunto de reuniões da CCR, eles disseram qual é o caminho e tem sido difícil. Mas conseguimos desbloquear aquilo que eu acho que, anteriormente, as outras pessoas deviam ter tentado, por todo o custo, desbloquear. Se nós tivéssemos aqueles terrenos desbloqueados, que já estão comprados, e as infra-estruturas feitas, sem dúvida nenhuma que os tínhamos todos ocupados. E aquilo que temos que pensar é na próxima ampliação, que vem com o PDM, porque só assim é que Oliveira do Hospital pode ter futuro e os nosso jovens podem cá fixar-se. É fundamental termos consciência disto.

No que respeita à intervenção do Dr. Rodrigues Gonçalves sobre a ASAE, acho que é fundamental fazermos formação. A Câmara vai empenhar-se e motivar as pessoas para mudarmos um conjunto de regras. Mas também digo que houve fases de vida que a ASAE também tinha um fundamentalismo tremendo e hoje há uma forma completamente diferente de ver as coisas. Acho muito positivo fazer estas acções de formação.

Vamos fazer também uma acção de formação para os Presidentes de Junta porque temos vários novos. Vamos fazer uma formação em gestão financeira para as Juntas de Freguesia. O Sr. Raúl disse-me que já tinham feito algumas formações mas nós vamos fazer isto para dotar os nossos Presidentes de Junta com mais conhecimentos, através do POCAL.

Sr. Carlos Artur, quero dizer-lhe uma coisa: o Presidente da Junta do Ervedal não será discriminado, como não será discriminado nenhum Presidente da Junta, dentro das perspectivas das prioridades. E não vale a pena andarmos aqui a repetir sempre a mesma coisa. Haverá uma negociação com as pessoas, nas obras a quatro anos, haverá um aumento de verbas. Eu percebo que todos os Presidentes de Junta querem aquilo que o Presidente da Câmara quer. O Presidente da Câmara quer o melhor para o seu concelho e todos os Presidentes de Junta querem o melhor para as suas freguesias. Mas o entendimento que temos das prioridades é que pode não ser igual. E isso é que vai ter que ser negociado com os Presidentes das Juntas. Aquilo que eu pedi aos Presidentes das Juntas e o que o Gabinete das Freguesias está a fazer é um plano a quatro anos. E se nós não virmos que temos condições para metermos algumas obras num ano, temos que negociar com os Presidentes das Juntas. Não tenho visto que as pessoas peçam aquilo que não é realizável, pelo contrário. São anseios das suas populações e aquilo que queremos fazer é que esta negociação com os Presidentes das Juntas seja séria. E ser sério não é pedir este mundo e o outro, para lhe dar qualquer coisa. Não é assim que eu quero a negociação. Os Presidentes das Juntas têm que perceber que as prioridades são: o combate ao desemprego, o saneamento básico e, por fim, as outras obras.

Por aquilo que tenho visto, dizia-se que a Câmara anterior fazia muitos caminhos e colocava muitos bip's. Mas eu, com o número de pedidos que hoje aí estão, eu até penso que a Câmara anterior não colocou bip's nenhuns. Até dá essa impressão porque todos os dias os pedidos são muitos. Parece-me que é preciso alguma razoabilidade. Nessa negociação quero ser sério convosco, com os Presidentes das Juntas, mas também quero que sejam sérios comigo. Nesta forma de fazer política, eu vejo isso neste diálogo e nesta concertação com as pessoas, independentemente da côr política, porque fomos todos eleitos. Eu gostaria de fazer um grande mandato como Presidente da Câmara. Acredito que seja capaz. E os Srs. Presidentes das Juntas também querem fazer um grande mandato. Tem, assim, que haver alguma seriedade na negociação e alguma lealdade na forma de encarar essas obras.

Sr. Aníbal Correia: eu quero dizer-lhe que estou preocupadíssimo com o problema dos efluentes do queijo. Houve uma reunião com empresários de Oliveira do Hospital e alguns de Seia que têm indústrias de lacticínios de pequena e média dimensão. Também esteve presente o Administrador principal das Águas do Zêzere e Côa. O que é que estamos a pensar com este conjunto de empresários? Tentar encontrar algumas pistas para se construir, com a colaboração das Águas do Zêzere e Côa, uma estação de tratamento só para estes resíduos. Estamos a tentar encontrar soluções concretas para problemas concretos. E este problema dos efluentes das fábricas de queijo é um problema gravíssimo. Neste momento está a ser feito um estudo financeiro pelas Águas do Zêzere e Côa, para apresentar numa próxima reunião aos industriais. Mas ainda vamos ver qual é o modelo que vamos desenvolver. Estamos preocupados com isso e já demos os primeiros passos para resolver esse problema."

Depois da intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Dr. José António Madeira Dias pediu a palavra para fazer a seguinte declaração:

"Em relação à questão colocada pelo Prof. João Dinis, e eu considero isto importante, queria referir que as poucas consultas convencionadas que existem é por imposição da Fundação. Os médicos especialistas só fazem consulta privada fazendo algumas consultas convencionadas. É uma imposição da fundação, para tentar, de alguma forma, assegurar alguma equidade."

Seguidamente, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município – tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal prestado algumas informações adicionais sobre as reuniões que se realizaram e cuja informação constava da informação escrita sobre a actividade municipal enviada previamente aos membros da Assembleia Municipal. Depois, o Sr. João José Esteves pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

"No que se refere à informação sobre a situação financeira, tenho o seguinte reparo a fazer: no resumo da posição actual do Orçamento e da Receita e da Despesa apresentado, a informação prestada é demasiado sintética, pelo que o Executivo deverá trazer à Assembleia, não o resumo como apresentou mas sim informação mais pormenorizada das classificações orçamentadas, a designação, a dotação actual, o cabimento, o facturado e o pago. Deverá também trazer – nós estávamos habituados no anterior Executivo e acho que é uma falha – o balancete das Grandes Opções do Plano, por objectivos e por programas. Também não temos informação nenhuma. Temos só aqui uma informação muito resumida e mais nada. No que se refere às dívidas, a Câmara também deverá trazer para a Assembleia a discriminação do fornecedor, a prestação de serviço, o respectivo valor. Deverá trazer, também, as dívidas a empreiteiros, os subsídios atribuídos e os subsídios que ainda não foram pagos.

Isto não é uma exigência minha, nem absurda, mas necessária porquanto uma das competências da Assembleia Municipal é apreciar a actividade do Município, bem como a sua situação financeira. Só assim, com estes elementos todos, é que a Assembleia poderá desenvolver a sua actividade, que é a actividade de fiscalização da Câmara Municipal."

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal colocou a seguinte questão:

"Gostaria de perguntar ao Sr. Esteves se ele defende aquele conjunto de papéis que nos eram fornecidos nas Assembleias Municipais e que ninguém consegue ler? Acredito que o documento possa ser melhorado. Ou será que pretende o modelo antigo?"

O Sr. João José Esteves respondeu:

"Eu não estou a dizer que seja o modelo antigo na sua globalidade mas que deverá vir mais informação, principalmente na questão das Opções do Plano. O que está aqui é muito sintético. Nós não sabemos, por divisões, o que foi orçamentado, o que foi feito e o que já está pago. Acho que isso é necessário para que os membros desta Assembleia saibam qual é a posição actual do Município no seu aspecto financeiro e os trabalhos já desenvolvidos nas Grandes Opções. Era essa a informação que eu precisava de ter.

Seguidamente, interveio a Sra. Dra. Luísa Vales:

"Eu queria referir que penso que – estamos todos no mesmo "pé de igualdade" – não tenho conhecimento como era a elaboração dos antigos documentos. Portanto, penso que não nos podemos pronunciar hoje relativamente a essa questão. Iremos conversar, dialogar e, numa próxima reunião, poderemos apresentar a nossa proposta. Penso que, neste momento, é sensato ter esta postura."

Entrou-se, depois, no Ponto II da Ordem do Dia – Deliberação, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, sobre a desafectação, do domínio público, da parcela de terreno situada no Largo Ribeiro do Amaral, em Oliveira do Hospital, com a área de 215 m^2, com o valor patrimonial de 5.000,00 € (cinco mil euros) e as seguintes confrontações, conforme solicitado pela Irmandade de Sant'Ana:

Norte: Lote 1

Sul: Arruamento público
Poente: Lote 4
Nascente: Capela de Sant'Ana

Sobre este Ponto, o Sr. Prof. António Morgado Ferreira alves pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

"Pretendia fazer um pouco de história, embora resumidamente, da situação deste terreno. Conhecem certamente a Capela de Santa Ana. Antes do 25 de Abril, foi feito ali um loteamento pelo Sr. Ernesto Alves Pinto. E ficou um lote que foi vendido a uma Senhora natural de Aldeia das Dez mas que vivia em Lisboa. E ficou ali, num espaço contíguo, mesmo em frente ao frontal da Capela de Santa Ana, emparedado entre as moradias antigas que lá existem junto à estrada. Este lote de terreno ficou enquadrado mesmo em frente à porta principal e, como compensação para a Câmara, há dois pequenos espaços: um entre a Capela de Santa Ana e esse lote, e um outro mais ao fundo, junto de uma outra casa de habitação. Acontece que, ao longo de cerca de quinze anos, a Irmandade de Santa Ana procurou negociar aquele lote com o proprietário, para, adquirindo-o, fazer aquilo que agora fez: vir junto da Câmara solicitar a cedência aquela parcela de terreno – o direito de superfície, eventualmente – que fica entre o lote adquirido pela Irmandade de Santa Ana e a Capela. É um bocadinho de terreno que está ali encravado e que não tem qualquer utilidade – nem pública, nem privada. E, a nível da Capela, pensamos fazer uma reorganização daquela área, jardinando-a e criando uma zona verde, embora seja permitida a construção de um edifício ali. Para evitar essa construção, adquirimos o terreno e agora vimos, junto da Câmara, solicitar a cedência do direito de superfície daquele pequeno espaço, que será de uma grande utilidade para nós, na medida em que, anexado ao nosso terreno, podemos urbanizar aquilo como queremos, fazer uma escadaria frontal à Capela, dirigida para aquele espaço. Isto permitirá o desafrontamento da Capela de Santa Ana e, ao mesmo tempo, o embelezamento daquela área, agora cheia de erva e de lixo.

Espero que esta Assembleia não levante nenhum problema porque, ao contrário do que algum poderá pensar, aquilo vai servir para benefício público, para o bem-comum e para o serviço de todos nós e não para ninguém. Porque Santa Ana não vai utilizar aquilo; quem vai utilizar somos todos nós, os vivos."

Seguiu-se uma intervenção do Sr. Carlos Folques:

"Pretendia saber se a transmissão da propriedade é feita de forma definitiva. E, sendo feita de forma definitiva, eu propunha aqui à votação que, no caso de uma eventual extinção da beneficiária, o património cedido regresse novamente à propriedade da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital."

Depois, o Sr. Engº Carlos Inácio pediu a palavra:

"A intervenção anterior vem responder um bocado à minha interrogação. É assim: o que nós vamos votar é a desafectação do domínio público. Mais nada. Segunda questão: se vamos votar a cedência, é por quantos anos? Ou vamos votar a doação?

Portanto, concordo com a intervenção anterior e temos que esclarecer isto. Acho que a Assembleia deve votar só a desafectação do domínio público e, depois, a Câmara faz a cedência ou não, com prazo ou não, até noventa e nove anos, ou doação. Estas são as dúvidas que me ocorrem neste momento."

Seguidamente, interveio o Sr. Prof. João Dinis:

"Eu também vinha levantar essa questão, até porque o Prof. Morgado falou em cedência do direito de superfície. Presumo que esteja ligado à Irmandade. A proposta é de desafectação do domínio público.

E continuo a questionar: isto vai ser por doação? A Câmara já pensou? A Irmandade não tem dinheiro, não pode pagar? São cinco mil euros. Como é?"

Perante as dúvidas suscitadas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal propôs que, se os respectivos membros estivessem de acordo, seria colocada à votação a proposta de desafectação da parcela de terreno, com delegação na Câmara Municipal para negociar, com a Irmandade de Santa Ana, da forma que entender mais conveniente.

Colocada à votação a proposta constante do Ponto II da Ordem do Dia, com a sugestão feita pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Seguidamente, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das condições propostas pela Caixa Geral de Depósitos para o estabelecimento de uma prorrogação, por mais doze meses, do prazo de utilização e diferimento do empréstimo a longo prazo até 5.000.000,00 €, autorizado pela Assembleia Municipal em 21 de Setembro de 2007, consubstanciadas na aplicação de uma comissão de gestão de 0,125% ao trimestre sobre o montante total da operação.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal interveio para prestar os seguintes esclarecimentos adicionais:

"Como sabem, neste momento decorrem obras como a estrada de Aldeia das Dez para Vale de Maceira. A este empréstimo de cinco milhões de euros, que foi aprovado por esta Assembleia, estava-lhe adstrito um conjunto de obras. Brevemente, também vai começar a estrada Oliveira do Hospital / Nogueira do Cravo e vamos precisar deste dinheiro que não tinha sido utilizado.

A Caixa Geral de Depósitos vem exigir que lhe seja pago um *spread* de zero vírgula vinte e cinco pelo facto do dinheiro não ter sido utilizado no prazo contratualizado. Isto, no final do empréstimo, vai representar à volta de duzentos e quarenta e cinco mil euros.

Nós não aceitámos isto. Protestámos, dizendo que no contrato não havia essa cláusula para eles, agora, o exigirem. Entretanto, veio cá um dos directores da Administração de Lisboa, para negociar connosco, e, segundo os pareceres jurídicos de ambas as partes, nós não temos mesmo alternativa.

Havia dois caminhos: um era contrair este empréstimo e eu trazer à Assembleia a aprovação de um novo empréstimo de dois milhões de euros. Pedi algumas simulações a alguns bancos, para esses dois milhões de euros, e os encargos financeiros eram maiores que este *spread*. Ou seja, como negócio é péssimo mas ainda é melhor utilizar este empréstimo porque as taxas de juro têm vindo a subir. E, neste empréstimo que a Caixa Geral de Depósitos fez, realmente tinha um *spread* muito baixo.

Portanto, não temos muita margem de fuga. O negócio não é bom mas temos as obras a decorrer e também já fizemos muitos pagamentos de obras anteriores em estradas."

Seguidamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Prof. João Dinis, fez a seguinte intervenção:

"Eu começava por dizer que, de facto, durante muitos anos, a CDU foi uma voz que aqui disse que a Câmara Municipal deveria já, antes, ter utilizado a sua capacidade de

endividamento, de empréstimo, para realizar algumas destas obras. Só muito tarde a Câmara Municipal tomou essa opção.

Depois, também queria dizer que, de facto, o anterior Executivo era poupadinho. Poupou dois milhões, dos cinco milhões do empréstimo.

Eu sei que não era possível mas poderíamos ter feito um negócio com a Caixa Geral de Depósitos, que as juntas de freguesia gastavam esses dois milhões. Resolvíamos este problema e poupávamos ao Município duzentos e quarenta e cinco mil euros. Isto traduz um encargo de doze e meio por cento sobre os dois milhões. É, de facto, bastante.

Senhor Presidente. E a estrada entre Aldeia Formosa, o Moinho do Buraco e por aí fora?"

O Sr. Presidente da Câmara prestou, então, a informação solicitada:

"Eu já expliquei aqui que tinha havido uma reunião na Secretaria de Estado e eu estava a tentar poupar esse dinheiro, com a execução do IC 37, para dar mais às freguesias. Numa tentativa que, com o nó do IC 37 que ficava entre o Chaveiral e a Sobreda, o Governo nos fizesse uma via rápida à Zona Industrial do Seixo – e quero dizer-vos que há algumas empresas interessadas em se instalarem lá – e que trouxessem uma estrada nova até à Ponte do Salto. E nós poupávamos este dinheiro, que é perto de um milhão de euros. Mas, se virmos que o IC não anda, teremos que avançar com a estrada do Moinho do Buraco. Até porque, na minha opinião, aquela zona da Ponte do Salto até ao limite de Travancinha, ao concelho de Seia, é a maior vergonha deste concelho. E há aí outra, que é a estrada da Lajeosa e que pensamos lançar a curto prazo. Não somos defensores de grandes estradas e de gastar muito mas há coisas que são prioritárias."

Seguidamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira, pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

"Tendo em conta que não estamos a falar em meia-dúzia de euros, que estes cinco milhões foram aprovados aqui na Assembleia, que estaria um conjunto de obras associadas a este empréstimo, que parte dessas obras não foram realizadas e que agora há cerca de duzentos e quarenta e cinco mil euros para pagar, pergunto eu: não há ninguém responsável? Porque falam de duzentos e quarenta e cinco mil euros – e eu vou de encontro ao João Dinis – e a mim, na Junta, davam-me muito jeito para fazer determinadas obras. E, a nível público, às vezes fala-se de dinheiros com facilitismo quando, por muito menos, cai-se em cima de um empresário por uma dívida simples. E eu gostava de saber se nada se está a fazer a nível de saber quem é responsável, porquê e se alguém vai responder sobre isso."

Depois, da Mesa colocou à votação a proposta constante do Ponto III da Ordem do Dia, tendo sido deliberado, por unanimidade e nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar as condições propostas pela Caixa Geral de Depósitos para o estabelecimento de uma prorrogação, por mais doze meses, do prazo de utilização e diferimento do empréstimo a longo prazo até 5.000.000,00 €, autorizado pela Assembleia Municipal em 21 de Setembro de 2007, consubstanciadas na aplicação de uma comissão de gestão de 0,125% ao trimestre sobre o montante total da operação.

Em seguida, entrou-se no Ponto IV da Ordem do Dia – Autorização, nos termos da alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, para a participação do Município na criação da associação de direito privado designada por

"Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro", bem como apreciação e votação dos respectivos Estatutos.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal prestou os seguintes esclarecimentos adicionais sobre este assunto:

"Houve uma necessidade premente de criar esta Plataforma e já era nossa intenção essa criação. Tinha havido um processo negocial com a Universidade de Coimbra – que ainda não entra neste momento – e com alguns sócios que poderíamos ter criado… Por uma razão extremamente simples: precisávamos criar esta Plataforma o mais rápido possível, para que ela possa iniciar a sua actividade. Penso que terá um papel muito importante em termos de perspectiva futura do desenvolvimento económico de Oliveira do Hospital. Estão aí quais os seus objectivos, as suas actividades. Muito ligada à floresta. Como eu disse, há os sócios fundadores e haverá uma Assembleia onde entrarão outros sócios. A Universidade de Coimbra será uma das forças que entrará *a posteriori*. O Instituto Pedro Nunes que, como sabem, é uma das incubadoras com mais sucesso a nível mundial, também será sócio deste projecto. Irei desafiar a CAULE e outras associações para que também entrem nesta Plataforma. Há um conjunto de parceiros que entrarão logo na primeira Assembleia.

Tenho uma grande esperança que esta Plataforma de Desenvolvimento vá mexer muito no concelho porque, concerteza, terá técnicos que são de grande competência e pessoas que conseguimos aliciar para este projecto. Algumas não foram fáceis, como o caso da Presidente do Instituto Pedro Nunes, o caso da Dra. Helena Freitas, Professora da Universidade de Coimbra. Há aqui um conjunto de pessoas que conseguimos aliciar para nos ajudarem a alavancar isto. Por isso, penso que o futuro passa também por esta Plataforma.

Mas, como disse, esta Associação não tem fins lucrativos e tem fins de investigação e tecnológicos na promoção de tecido empresarial diferente para um concelho diferente, porque sabemos o que é que se atravessa nos têxteis. Temos que criar empresas alternativas. É essa a esperança que eu tenho. A Câmara Municipal também será um parceiro, porque vai designar o Presidente. Mas, a partir daí, serão outras pessoas que farão esta empresa andar."

Seguidamente, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

"Eu penso que esta iniciativa de criação da Plataforma para o Desenvolvimento da Região Centro merece uma palavra. Nomeadamente olhando para o objecto e atribuições, eu diria que, para mim, é a primeira grande iniciativa deste Executivo sobre o desenvolvimento. A promoção das actividades de investigação e desenvolvimento é uma questão essencial no mundo de hoje e eu estou a ver aí o João Nunes que, concerteza, explicaria isto melhor do que eu. Tem colaborado imenso com a Câmara para que este projecto vá por diante. Dizia eu que o mundo que conhecemos não vai voltar mais e é preciso, essencialmente, fomentar aqui acções de formação de recursos humanos e é preciso promover a criação, o desenvolvimento de novos conceitos de negócios porque, tal como eu já venho a dizer aqui há várias sessões e demonstrei-o aqui com números, Oliveira do Hospital está pior, em todos os aspectos, que os concelhos limítrofes. Oliveira do Hospital tem um índice de envelhecimento que é inferior a todo o Pinhal Interior, o que quer dizer que Oliveira do Hospital tem população mais jovem que os outros concelhos. O que também quer dizer que, por outro lado, tem menos coesão social: recebe menos rendimento mínimo, recebe menos aposentações. Só para terem uma ideia: Arganil tem um índice de duzentos e vinte e seis por cento, enquanto que a Pampilhosa

da Serra tem quatrocentos e cinquenta e dois por cento. Portanto, a Pampilhosa da Serra recebe muito mais em termos de coesão. Isto é uma questão que pode parecer árida mas, depois, sente-se no dia a dia.

Por isso, eu penso que a promoção desta entidade vai ser capaz de explorar e conceber novos *inputs* – o I&D, como eu disse – *design*, *marketing*, logística. Porque não a criação, aqui em Oliveira do Hospital, atento a centralidade do concelho, de uma pequena plataforma logística com dimensão regional? Mas também consultadoria, de modo a produzirmos aqui novos *inputs*, novos produtos, produtos mais eficientes, mais baratos, com mais qualidade. A isto, como se tem dito, chama-se inovação, capaz de reorganizar conhecimentos e difundi-los, isto é, criar aqui intangíveis, investir em cadeias de valor, conhecer as tendências inerentes aos novos paradigmas da economia porque, como eu disse há pouco, o passado, em termos de produção industrial, não volta mais.

Claro que, como já disse o Sr. Presidente, tem que ser feito relacionadamente com as universidades, com as escolas, porque criar novas ideias e novos projectos não é fácil. Novas marcas, inclusivé ter em atenção os novos cenários futuros. Oliveira do Hospital tem vivido da chamada "inovação empurrada". Temos que inovar e adoptar o modelo do chamado *demand pull*, ou seja, inovação procurada, nova procura, com produtos distintivos, diferenciados. Em suma, como eu também já tenho dito, encontrar uma Missão, fazermos aqui o que fazemos melhor. Depois, difundir essa inovação e, eventualmente, patenteá-la.

Lendo o objecto e as atribuições desta Plataforma, volto a dizer que é uma das grandes iniciativas deste Executivo. Se houver dúvidas, acho que o Conselho de Administração deve promover um conjunto de *slides* sobre as vantagens da criação desta entidade, tentando cativar associados e aliciá-los para – como diz o artigo quinto, alínea b) – auferir dos benefícios da actividade da Plataforma porque, por vezes, nós próprios não sabemos identificar os nossos próprios interesses.

Concluo dizendo que, ao lermos o objecto e as atribuições da Plataforma, sendo uma das grandes iniciativas do Executivo, merece ser votada positivamente."

Depois, o Presidente da Junta de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis, tomou a palavra:

"Não vou começar dizendo "dá-se o benefício da dúvida". Vou dizer que se faz votos para que isto funcione. Entretanto, há algumas realidades aqui do nosso Município, da região, que não convém escamotear nem esquecer: é que a grande maioria são micro, pequenos e médios empresários, micro, pequenos e médios comerciantes e micro, pequenos e médios agricultores. E, quem pode tomar conta da "bola", de repente podem não ser esses. E se não forem esses, as coisas não se vão resolver ou muito pouco será resolvido.

Depois, questões práticas: o Município, enquanto fundador, já paga mais, logo de entrada, que os outros dois sócios fundadores. Sete mil euros o Município e três mil euros cada um dos outros. Quanto é que o Município prevê gastar neste ano de dois mil e dez com esta Associação?

Nesta época que se atravessa no nosso País, eu não posso deixar de referir aqui também um outro aspecto que, aliás, aqui já perspassou várias vezes nesta Assembleia: aqui se falou de salários, prendas, que recebiam os administradores desta ou daquela empresa. Deixa-se o alerta para que isso não aconteça com os futuros administradores desta Associação, que haja contratações isentas e que, de facto, haja transparência na sua gestão."

Em seguida, o Sr. João José Esteves tomou a palavra:

"Em princípio, concordo com esta Associação. Mas também quero deixar aqui um alerta: esta é mais uma associação que se vai criar e que, ao fim e ao cabo, vai exercer a mesma actividade em que a Câmara já é participada e é sócia de outras associações que têm por fim este mesmo desenvolvimento. Estou a falar da ADITO, da ADEPTOLIVA. Nessas associações em que a Câmara também é associada fundadora, já são contempladas estas actividades de desenvolvimento e estes fins que estão consignados na criação desta associação.

Esta é uma associação nova, que vem fazer e desenvolver o mesmo que as outras associações poderão também fazer, com uma pequena adaptação que a Câmara poderia fazer. Utilizava a ADEPTOLIVA ou a ADITO, por exemplo, trazia aqui à Assembleia a alteração dos Estatutos, de forma a englobar estes desígnios que aqui vêm propôr.

Eu acho que esta associação, sem fins lucrativos, vai ter em conta o desenvolvimento do concelho de Oliveira do Hospital e da região.

Também tenho uma pequena questão a colocar: diz o artigo onze "*Os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo são eleitos em Assembleia Geral, desde que ocorra o voto favorável de dois terços dos associados, por mandatos quadrienais, cessando as suas funções no acto de posse dos titulares que lhes sucederem.*"

Depois, diz assim o artigo doze: "*A Plataforma terá como órgão de consulta um Conselho Consultivo que será nomeado em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração ou de um grupo de associados não inferior a um terço.*"

Portanto, no artigo décimo primeiro diz que o Conselho Consultivo é eleito em Assembleia Geral e, no artigo décimo segundo, diz que é nomeado em Assembleia Geral. Parece-me que há aqui uma contradição nos Estatutos. Acho que isto devia ser corrigido, no sentido de, tanto o artigo onze como o artigo doze se coadunarem um com o outro."

Interveio, depois, o Sr. Engº Carlos Inácio:

"Queria dar os parabéns à Câmara Municipal pela visão que está a ter para o concelho, neste pouco tempo que tem de mandato e no modo como está a conduzir os destinos dos oliveirenses.

Queria desejar um bom futuro à Associação e a todas as outras que lhe sucederem, na esperança que venham a acontecer mais iniciativas como esta: de futuro.

Como não intervi antes da Ordem do Dia, peço à Mesa que me desculpe mas queria dar aqui duas notas: queria congratular-me com o papel que tiveram aqui os membros da Assembleia Municipal, as diversas tendências aqui representadas, e que vai muito para além do que era habitual nesta Assembleia. Estão interventivos, colocam questões, estão activos. Queria dar esses parabéns. Nunca aconteceu isto. Estejamos no poder ou na oposição, espero que isto continue e que seja assim em termos de futuro. Não era. Normalmente, quem estava no poder calava-se e quem estava na oposição é que falava. Espero que esta postura seja continuada. É extremamente útil para a actividade da nossa Assembleia e só engrandece o poder municipal."

Por fim, o Sr. Presidente da Câmara Municipal interveio para prestar algumas informações e esclarecimentos adicionais:

"Em relação à intervenção do João Esteves queria dizer que esta Plataforma vai ter um

conjunto de associações e vai estar aberta à entrada de muito mais gente. Mas o seu esforço vai concentrar-se no Município de Oliveira do Hospital, enquanto que a ADEPTOLIVA e a ADI têm outros municípios associados. E, comparar esta Plataforma com a ADEPTOLIVA ou com a ADI, não é uma comparação possível. Não é possível comparar isto com outras associações porque ela vai ter pessoas de nível nacional para a desenvolver. Vai estar ligada, a nível científico, a pessoas de uma craveira e de uma envergadura muito grandes.

Não podia deixar de dar aqui uma palavra ao Engº João Nunes, que é um jovem investigador de Oliveira do Hospital, que tem estado muito ligado a este projecto. Talvez o "Pai" deste projecto seja um jovem que tem vinte e dois ou vinte e três anos. Acompanhei-o nessas reuniões, com essas pessoas de grande gabarito a nível nacional. Por isso, eu tenho uma esperança enorme nesta Plataforma. E eu não quero que isto seja um sorvedouro de dinheiros públicos. Se alguém pensa isso, está enganado.

Como eu disse, queria prestar aqui, em nome do Município de Oliveira do Hospital, o agradecimento ao João Nunes.

E digo-vos mais: a Dra. Teresa Mendes, que é a Presidente do Instituto Pedro Nunes, fez parte da construção destes estatutos. Mas, como todos, há pequenas falhas e o João Esteves tem razão.

Se repararem, quer-se uma associação tão abrangente que os órgãos só são eleitos por dois terços dos votos, em Assembleia Geral. Isto quer dizer que toda a gente tem que estar muito de acordo em relação à associação e ao que ela persegue. Mas também penso que, ao fazermos esta Plataforma, visamos um objectivo claro que é ter acesso aos fundos comunitários.

E, se alguém está preocupado que isto seja para mais alguns *boys* como foram outras associações que foram criadas aqui em parceria com outras Câmaras, também vos digo que podem ter a certeza que não, porque, aqui, o desenvolvimento passa pela competência das pessoas. Penso que as pessoas da frente nem serão de Oliveira do Hospital; serão pessoas a nível académico.

O que eu quero é que sirva de motor ao concelho e é essa a esperança que eu tenho. Mas isso depende muito da nossa capacidade, em termos do Município, e das pessoas que conseguirmos arrastar para este projecto.

Em relação à ADEPTOLIVA, atravessamos alguns problemas porque são três direcções e, hoje, os interesses do concelho são diferentes de alguns depois de tomarmos posse. Porque, dantes, fazia-se o que se queria e, agora, vão-nos isolando nalgumas decisões importantes e que nós achamos que estão mal. E isto não vai ter um bom fim.

Há aqui também alguma esperança nesta investigação porque a Dra. Helena Freitas, que é a Directora do Departamento de Botânica de Coimbra também está no projecto e ela está muito ligada à floresta e à agricultura.

E, se esta associação tiver um desenvolvimento como eu espero que venha a ter, nós vamos resolver o problema da ACIBEIRA porque, numa primeira fase, será instalada na Zona Industrial mas, depois, passará para a ACIBEIRA.

Sobre a forma diferente de participação do Município de Oliveira do Hospital, quero dizer que os votos têm a ver com o capital social de cada associado. Assim, o Município de Oliveira do Hospital, em termos de votos, vai ter maioria absoluta.

Este projecto é uma forma nova e diferente de ver o desenvolvimento de Oliveira do

Hospital. Disso não tenho dúvidas."

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a proposta constante do Ponto IV da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal, por maioria, com três abstenções, autorizado a participação do Município na criação da associação de direito privado designada por "Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro", e aprovar os respectivos Estatutos, com a ressalva efectuada pelo Sr. João José Pereira Esteves.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo treze horas e trinta minutos, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____